

CCJ



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

## PROCESSO

Nº 3.223/2025 .....

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.223/2025

ASSUNTO: Altera o Art. 6º da Lei nº 2.078 de 03

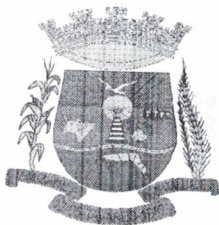
fevereiro de 2018 que dispõe sobre a Política

Municipal de Promoção da Igualdade Racial,

cria a coordenação da Política Muni-

cipal de Igualdade Racial e de outros

DESTINO: providências.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TAVARES - RS

"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer nº 075/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.223/2025 encontra-se viável para votação em plenário, com mediante parecer Jurídico da IGAM.

Sala da Comissão, 11 de agosto 2025.

  
Elis Rodrigues  
Presidente CCJ

  
Jardel Porto  
Relator CCJ

  
Leone Machado  
Secretario CCJ

**Parecer Aprovado**

(03) a (00)

OBS....

Porto Alegre, 5 de agosto de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 16.334/2025.

I. O Poder Legislativo do Município de Tavares solicita análise e orientações acerca do Projeto de Lei nº 3.223, de 2025, de autoria do Poder Executivo, que tem como ementa: “ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 2.078 DE 03 DE JULHO DE 2018 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, CRIA A COORDENADORIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

II. Preliminarmente, constata-se que a matéria encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõem a Constituição Federal<sup>1</sup> e a Lei Orgânica Municipal<sup>2</sup> quanto à autonomia desse ente federativo para dispor sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual quando for cabível.

Da mesma forma, considerando que a proposição se refere à organização e o funcionamento dos órgãos e serviços públicos locais, depreende-se legítima a iniciativa do Poder Executivo, também nos termos da Lei Orgânica do Município<sup>3</sup>.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, sob o ponto de vista material, especificamente com relação à alteração da Lei nº 2.078, de 2018, observa-se que se trata tão somente da vinculação administrativa da Política e da Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que passa à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio.

<sup>1</sup> Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (grifou-se)

<sup>2</sup> Art. 8º Cabe ao município, no exercício de sua autonomia:

I - organizar-se juridicamente, decretar leis atos e medidas de seu peculiar interesse;

(...)

III - suplementar a legislação federal e estadual no que couber; (grifou-se)

<sup>3</sup> Art. 56 – São de iniciativa privativa do prefeito municipal as leis que disponham sobre:

(...)

III – criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgão da administração municipal.

(...)

Art. 76 – Compete privativamente ao prefeito:

(...)

XIII – dispor sobre a organização, funcionamento, os serviços e obras da administração pública, na forma da lei;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PROJETO DE LEI Nº 3.223/25

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 3.223/25, que altera o Art. 6º da Lei nº 2.078 que dispõe sobre a política Municipal de promoção da igualdade racial, cria a coordenadoria da política Municipal de igualdade racial e dá outras providências.

O projeto de Lei ora apresentado a esta Egrégia Câmara Legislativa, tem por escopo vincular a POMPIR e a Coordenadoria da Política Municipal de Igualdade Racial a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio, tendo em vista a necessidade de melhor adequação estrutural e funcional das ações voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, da memória e da identidade cultural do município.

A Secretaria de Turismo e Cultura possui atribuições diretamente relacionadas à preservação, promoção e valorização do patrimônio cultural, das tradições e da história das diferentes comunidades que compõem a identidade local, incluindo as comunidades quilombolas, indígenas, afrodescendentes e demais grupos étnico-raciais historicamente marginalizados. Essa aproximação institucional permitirá maior efetividade na implementação de políticas públicas afirmativas, especialmente nas áreas de cultura, educação patrimonial, turismo de base comunitária e eventos de valorização da diversidade.

Além disso, a transferência da Coordenadoria e da POMPIR para esta pasta possibilitará maior sinergia entre as políticas culturais e as políticas de igualdade racial, promovendo ações integradas, com impacto direto na inclusão social, no fortalecimento das identidades culturais e no combate ao racismo estrutural.

A medida também está alinhada com os princípios da Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que reconhece a cultura como instrumento fundamental de promoção da igualdade racial e de enfrentamento às desigualdades.

Contando com a colaboração dos Nobres Vereadores, desde já agradecemos a atenção prestada.

Tavares, 28 de julho de 2025

  
**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 3.223  
DE 28 DE JULHO DE 2025



Antônio Carlos Antunes Paga  
Vereador

Elis Regina Lemos Rodrigues  
Vereadora  
PROGRESSISTAS

Protocolo  
4434/2025  
Protocolado em 04/08/25  
Rolo V.  
Secretário

ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº  
2.078 DE 03 DE JULHO DE 2018  
QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA  
MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL, CRIA A  
COORDENADORIA DA POLITICA  
MUNICIPAL DE IGUALDADE  
RACIAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

Enio Vieira Chaves  
Vereador

**Art.1º** O Art. 6º da Lei nº 2.078 de 03 de julho de 2018 que dispõe sobre a política Municipal de promoção da igualdade racial, cria a coordenadoria da política Municipal de igualdade racial e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art.6º** - A POMPIR e a Coordenadoria da Política Municipal de Igualdade Racial serão vinculadas à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio e na mesma serão exercidas a coordenação das ações e as articulações institucionais que se fizerem necessárias.

Izabel Rosa da Sil  
Vereadora  
MDB

**Art.2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jardel Antunes Porto  
Vereador  
PROGRESSISTAS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 28 dias do mês de julho de 2025.

Gilmar Ferreira de Lemos  
Prefeito Municipal

Leone Machado  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVARES - RS  
Recebido em 04/08/25  
Expedido em 12/08/25  
Nº 1984

Nardel Rodrigues Nunes  
Vereador  
PDT

Volmir Vieira  
Vereador